



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000349161

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 2170034-71.2023.8.26.0000, da Comarca de São Paulo, em que é agravante LEONARDO CAMILO CURIONI, é agravado GLAUBER CARVALHO DE OLIVEIRA.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 13ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Deram provimento em parte ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores SIMÕES DE ALMEIDA (Presidente), MÁRCIO TEIXEIRA LARANJO E ANA DE LOURDES COUTINHO SILVA DA FONSECA.

São Paulo, 8 de abril de 2025.

SIMÕES DE ALMEIDA

Relator(a)

Assinatura Eletrônica

VOTO Nº: 8040

Agravo de Instrumento Nº: 2170034-71.2023.8.26.0000

Agravante: Leonardo Camilo Curioni

Agravado: Glauber Carvalho de Oliveira

Interessado: Banco Santander (Brasil) S/A

Interessado: Lcc Administração de Bens Próprios Ltda.

Juiz de Direito: Rogerio de Camargo Arruda

Agravo de Instrumento. Renúncia de Mandato, patrono do Agravante. Desproporcionalidade na aplicação do art. 76, I, do CPC, aplicabilidade do inciso II. Recurso protocolado há dois anos, Impugnação à Penhora rejeitada. Agravante que questiona os atos de execução em seu desfavor. Dívida incluída no plano de recuperação. Devedor avalista. Obrigação autônoma. Crédito penhorado por terceiro. Irrelevância. Art. 18, CPC. Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, salvo quando autorizado pelo ordenamento jurídico. Multa por litigância de má-fé afastada. Art. 774, III. Ausência de dolo em dificultar ou embaraçar a realização da penhora. Interposição dos recursos adequados. Exercício do contraditório. Recurso parcialmente provido para afastar a multa por litigância de má-fé.

Trata-se de Agravo de Instrumento contra decisão de fls. 849/850, proferida em Execução de Título Extrajudicial, na qual o Agravante figura no polo passivo e que rejeitou a impugnação à penhora apresentada pelo recorrente/executado.

Afirma ter o Agravado optado por manejar a execução de forma gravosa em face do Agravante, na medida em que, ciente de que receberá parcela dos valores aqui perseguidos no bojo da Recuperação Judicial, se volta ao patrimônio pessoal do Agravante (Avalista).

Declara não existir dolo na inadimplência por parte da devedora principal e que não poderia o agravante ser responsabilizado pelo pagamento de valores, vez que não teria liberdade para fazê-lo. Assim, entende existir evidente impedimento na constrição de seu patrimônio.

Aduz: *“uma vez que a dívida buscada pelo Exequente já está sujeita à Recuperação Judicial da devedora principal, não há que se falar em prosseguimento de atos de penhora em face do devedor solidário, haja vista que tal ato configurar-se-á em excesso de execução.”* Argumentando que o processo de execução é motivado pelo princípio da utilidade.

Indica que os frutos do arrendamento estariam penhorados integralmente por outro credor, indicando a Sra. Rafaelle, ex-esposa do avalista executado, ora Agravante.

Ressalta não ser viável a penalização do Agravante através de oposição injustificada ao recebimento do crédito na Recuperação Judicial por parte do Agravado, *tampouco ser vítima da adoção de atos que configuram excesso de execução e ferem a razoabilidade e a proporcionalidade.*

Defende sua conduta como adequada, entendendo desarrazoada a cominação de multa por litigância de má-fé, vez que teria apenas exercido seu direito ao contraditório e ao devido processo legal.

Pleiteia a reforma da decisão, para revogar a determinação de fls. 821/822 e afastada a condenação por litigância de má-fé, subsidiariamente, requer seja minorado o valor relativo às penalidades.

Recurso tempestivo. Preparo à fls. 929/930.

Contraminuta à fls. 939/946.

Transferência de relatoria à fls. 949.

Renúncia de Mandato comunicada à fls. 969.

Decurso do prazo sem regularização, certificado à fls. 979.

É o relatório.

É desproporcional o não conhecimento de recurso interposto em 05/07/2023, durante a relatoria antecedente, quando, sem ato imputável ao Recorrente, houve longo decurso de prazo para análise das razões recursais dado o acervo inerente a cadeira, o qual contava com mais de 1600 processos.

Mostra-se razoável o julgamento do feito à revelia do Agravante, posto que o Agravo de Instrumento foi processado sem efeito suspensivo, resultando em prejuízo mínimo ao Agravado.

Superadas estas breves considerações, passo ao mérito, relevando a oposição ao julgamento virtual manifestada pelo não mais representante do Recorrente a fls. 937.

Em relação à penhora do crédito existente em favor do executado, ratificam-se as razões apresentadas na decisão de primeira instância, nos termos do art. 252, do Regimento Interno deste E. Tribunal de Justiça.

Fundamentou o juízo *a quo*: “...a recuperação judicial, no caso, não influencia no prosseguimento da execução contra o impugnante, que é devedor principal e solidário, conforme já decidido nos autos. Ademais, não há falar em excesso de execução, pois a referida penhora no rosto dos autos busca por créditos eventualmente existentes em favor do impugnante, no limite do débito executado.”

A empresa, devedora principal do título executivo, firmou contrato de financiamento no valor histórico de nove milhões, no qual o Agravante e sua empresa figuraram como avalistas cientes das implicações contidas nas obrigações assumidas. O mérito referente a sua legitimidade para figurar no polo passivo restou decidido à fls. 274/279 da Execução em primeira instância.

O Agravante, avalista do título executivo, procura vitimizar sua posição de executado em razão do débito avalizado, contudo, não existem razões para acolher a narrativa, sendo autônoma a sua responsabilidade patrimonial em relação àquela da recuperanda.

Nesse sentido:

***EMBARGOS À EXECUÇÃO - A recuperação judicial concedida a devedora principal não beneficia o avalista - ausência de previsão legal - Garantia autônoma, sem**

possibilidade de alegação de exceções processuais ou qualquer efeito suspensivo para dar reparo a pretensão sentença mantida Recurso não provido.* (TJSP; Apelação Cível 0031563-37.2011.8.26.0451; Relator (a): Heraldo de Oliveira; Órgão Julgador: 13ª Câmara de Direito Privado; Foro de Piracicaba - 3ª. Vara Cível; Data do Julgamento: 09/12/2014; Data de Registro: 09/12/2014) (g.n.)

AGRAVO REGIMENTAL Decisão monocrática desta relatoria que negou seguimento ao agravo de instrumento, com base no art. 557 do CPC, mantendo decisão que determinou o prosseguimento da execução contra o agravante, avalista do título em que figura como devedora principal empresa em recuperação judicial **A obrigação do avalista é autônoma e subsiste mesmo diante da novação decorrente da aprovação do plano de recuperação judicial Inteligência do art. 49, § 1º e art. 59, ambos da Lei nº 11.101/05 Jurisprudência do STJ** Agravo regimental que não trouxe argumentos capazes de abalar os argumentos da decisão recorrida Decisão mantida Agravo regimental negado. (TJSP; Agravo Regimental Cível 0083787-73.2013.8.26.0000; Relator (a): Francisco Giaquinto; Órgão Julgador: 13ª Câmara de Direito Privado; Foro de São Carlos - 2ª. Vara Cível; Data do Julgamento: 26/06/2013; Data de Registro: 01/07/2013) (g.n.)

"EMBARGOS À EXECUÇÃO **Execução por título extrajudicial Agravados que são avalistas dos títulos executados - Possibilidade de prosseguimento da execução, ainda que tenha sido aprovado plano de recuperação judicial da devedora principal Art. 59, Lei 11 101/05 - Recurso provido.**" (TJSP; Agravo de Instrumento 2131230-49.2014.8.26.0000; Relator (a): J. B. Franco de Godoi; Órgão Julgador: 23ª Câmara de Direito Privado; Foro Central Cível - 42ª Vara Cível; Data do Julgamento: 26/11/2014; Data de Registro: 01/12/2014) (g.n.)

Em relação a penhora integral por terceiro, é clara a disposição do art. 18, do Código de Processo Civil: "*Ninguém poderá pleitear direito*

alheio em nome próprio, salvo quando autorizado pelo ordenamento jurídico.”

Melhor sorte tem o pedido referente à condenação em multa por ato atentatório à dignidade da justiça. Isto porque, apesar de tumultuoso andamento processual, em razão de múltiplos agravos de instrumento apresentados por ambas as partes, não há na conduta do recorrente o dolo em dificultar ou embaraçar a realização da penhora.

A oposição dos recursos adequados, ainda que não providos, não é ato atentatório à dignidade da justiça, configurando constitucional exercício do contraditório.

Acrescente-se ser o recurso processado sem pedido de efeito suspensivo, conforme indicado pelo Relator designado em despacho de fls. 932.

Nesse sentido:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - EXECUTADO INTIMADO PARA APRESENTAR O ENDEREÇO DO CÔNJUGE - INÉRCIA - ATO ATENTATÓRIO À DIGNIDADE DA JUSTIÇA NÃO CONFIGURADO - HIPÓTESES PREVISTAS NO ARTIGO 774 DO CPC NÃO VERIFICADAS - AUSÊNCIA DE DOLO VISANDO DIFICULTAR OU EMBARAÇAR A REALIZAÇÃO DA PENHORA OU RESISTIR INJUSTIFICADAMENTE À ORDEM JUDICIAL - MULTA AFASTADA - RECURSO PROVIDO. Para aplicação da multa, por ato atentatório à dignidade da Justiça, há necessidade de verificação do elemento subjetivo, consistente no dolo ou culpa grave do devedor". (TJSP; Agravo de Instrumento 2278513-32.2021.8.26.0000; Relator (a): Renato Sartorelli; Órgão Julgador: 26ª Câmara de Direito Privado; Foro Central Cível - 37ª Vara Cível; Data do Julgamento: 07/02/2022; Data de Registro: 07/02/2022) (g.n.)

*PENHORA – Pedido de intimação da executada para indicação

de bens à penhora sob pena de multa por ato atentatório – Artigo 774 do CPC – Descabimento – Ausência de resistência injustificada ou conduta dolosa a justificar a aplicação da penalidade – Hipótese em que efetivado bloqueio online de quantia significativa por meio do sistema BacenJud e penhora de veículo pelo sistema Renajud – Empresa que embora citada sequer constituiu advogado nos autos – Decisão mantida - Recurso não provido* (TJSP; Agravo de Instrumento 2253034-42.2018.8.26.0000; Relator (a): Heraldo de Oliveira; Órgão Julgador: 13ª Câmara de Direito Privado; Foro de Olímpia - 2ª Vara Cível; Data do Julgamento: 11/01/2019; Data de Registro: 11/01/2019) (g.n.)

Diante do exposto, DOU PARCIAL PROVIMENTO ao recurso para afastar a multa por ato atentatório à dignidade da justiça.

Por fim, dou por prequestionados os dispositivos legais e/ou constitucionais apontados.

SIMÕES DE ALMEIDA

Relator